



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Proposta de priorização para criação de Unidades de Conservação Federais

**RESUMO EXECUTIVO
2024-2026**



Ministério do
Meio Ambiente



1. INTRODUÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, tem por finalidade executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza referentes às atribuições federais de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação federais.

Alavancar a criação de Unidades de Conservação é uma missão importante do ICMBio. Essas unidades são áreas especialmente protegidas para conservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável, recuperar ou restaurar ecossistemas degradados, proteger os recursos naturais necessários à reprodução física e cultural de povos e comunidades tradicionais, dentre outros.

As propostas de criação de novas unidades de conservação em curso no ICMBio consideram as orientações constantes do documento técnico intitulado Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, instrumento de política pública atualizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2018, que visa subsidiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, sobre planejamento e implementação de medidas adequadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável de ecossistemas. Considera ainda compromissos assumidos no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAM e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado – PPCerrado, entre outros.

Avançar na criação de unidades de conservação representa uma das principais estratégias para implementação de políticas públicas de combate ao desmatamento, conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento justo e inclusivo. Além disso, a criação de novas unidades visa garantir que o Brasil cumpra seus compromissos

internacionais, especialmente no âmbito da meta 3 da Convenção sobre Diversidade Biológica, notadamente o Quadro Global de Biodiversidade Kunming Montreal, de 2022, que visa assegurar e possibilitar que, até 2030, pelo menos 30 por cento das áreas terrestres, de águas interiores e costeiras e marinhas, territórios de particular importância para a biodiversidade e a prestação de serviços ecossistêmicos sejam protegidas e efetivamente manejadas.

No contexto de proteção à paisagens mais amplas, a gestão integrada de áreas protegidas, com o reconhecimento e apoio à implementação de Mosaicos, Corredores Ecológicos e Reservas da Biosfera, no âmbito do SNUC. Esses instrumentos promovem a conectividade entre as unidades de conservação e outras áreas protegidas e conservadas e impulsionam o desenvolvimento territorial sustentável da região onde se inserem, fortalecendo as relações colaborativas entre as diferentes esferas de governo, comunidades locais e parceiros da sociedade civil e privados, em prol de objetivos comuns.

Esta abordagem da complementaridade contemplada no SNUC e reforçada no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), representa uma oportunidade para o estabelecimento de sistemas de conservação ecologicamente representativos, bem conectados e integrados em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Este documento apresenta um resumo do processo e dos resultados de priorização das propostas de criação de novas unidades de conservação federais, com vistas a coordenar os esforços e otimizar as possibilidades de cooperação técnica e financeira entre os diferentes órgãos do governo e parceiros da sociedade civil (organizações não-governamentais, representantes de povos e comunidades tradicionais, setor privado, academia, entre outros).

2. RELATO DA OFICINA

Entre os dias 29 de janeiro e 2 de fevereiro de 2024, o ICMBio organizou em Brasília a “Oficina de trabalho: critérios e priorização para a criação de unidades de conservação federais”. A oficina foi organizada pelos analistas ambientais da COCUC (Coordenação de Criação de Unidades de Conservação) e da CGCAP (Coordenação Geral de Planejamento, Criação e Avaliação de Unidades de Conservação), sob coordenação da Diretoria de Criação, Manejo e Monitoramento de Unidades de Conservação (DIMAN), envolvendo as demais diretorias do ICMBio, incluindo os centros de pesquisa e as gerências regionais. O planejamento e a realização da oficina também contou com apoio dos departamentos de Áreas Protegidas e Conservação da Biodiversidade (Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais), além dos departamentos de Oceano (Secretaria de Mudança do Clima) e de Povos e Comunidades Tradicionais (Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais) do Ministério do Meio Ambiente. Ao esforço governamental, somou-se o apoio técnico das organizações da sociedade civil IPÊ, WCS, WWF-Brasil e do Funbio.

O principal objetivo da oficina foi gerar subsídios para orientar as ações do ICMBio no que tange à proposição de novas UCs federais, em todos os biomas e na zona costeira e marinha, qualificando as propostas atuais de acordo com critérios administrativos, ambientais, de ameaças, fundiários e sociopolíticos, garantindo maior representatividade e conectividade ao SNUC, além de contemplar o direito territorial de comunidades tradicionais

e extrativistas e atender às suas demandas de uso sustentável dos recursos naturais. Em alguns biomas foi possível também identificar unidades de paisagens e áreas com potencial para o estabelecimento de corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas e conservadas.

Para o alcance dos objetivos propostos, o evento contou com 215 participantes devidamente selecionados a garantir a diversidade de saberes e conhecimentos, incluindo pesquisadores, representantes de ONGs, gestores públicos e representantes de povos e comunidades tradicionais.

Ao longo do processo de planejamento e organização da oficina, a COCUC elaborou uma planilha com critérios utilizados na avaliação das propostas de criação e ampliação de UCs. Esses critérios foram tipificados em (1) administrativo; (2) ambiental; (3) ameaça; (4) fundiário; e (5) sociopolítico. Para cada critério, exceto os sociopolíticos, atribuiu-se uma escala de valor, para ser aplicado à cada caso em função da condição existente, de acordo com as informações analisadas em cada processo. Já os critérios sociopolíticos foram empregados em análise qualitativa. E cada critério analisado quantitativamente, pôde ser qualificado em função de comentários e recomendações dos participantes. Apresenta-se a seguir, a descrição dos critérios utilizados para avaliação e priorização das propostas de criação e ampliação de unidades de conservação durante a oficina, bem como a escala dos valores utilizados, nas análises dos casos específicos.

Tabela 1. Critérios utilizados para avaliação e priorização das propostas de novas Unidades de Conservação Federais

CLASSIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS	CRITÉRIOS
(1) Administrativos	(1.1) Estudo Técnico elaborado (1.2) Consulta pública realizada (1.3) Manifestação atual do(s) proponente(s) {←5anos}

CLASSIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS	CRITÉRIOS
(2) Ambientais	(2.1) Proposta inserida em Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (2.2) Proposta indicada como importante dentro dos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (2.3) Proposta avaliada quanto ao nível de sensibilidade para empreendimentos lineares (rodovias) pelo PRIM (2.4) Proposta avaliada quanto ao nível de sensibilidade para mineração pelo PRIM? (2.5) Proposta avaliada quanto ao nível de sensibilidade para atividades de óleo e gas pelo PRIM
(3) Ameaças	(3.1) Área sob pressão de desmatamento (3.2) Área sob pressão de pesca industrial (3.3) Suscetibilidade à Desertificação
(4) Fundiários	(4.1) Sobreposição com glebas públicas federais (4.2) Sobreposição Florestas Públicas (4.3) Sobreposição com títulos definitivos do SIGEF
(5) Sociopolíticos	(5.1) Proposta indicada como prioritária pelos PCT (5.2) Ameaça contra populações tradicionais (5.3) Mobilização social favorável à criação da UC (5.4) Manifestação mais atual no processo de governos municipais e estaduais (5.5) Manifestação mais atual no processo de outros ministérios (5.6) Demanda do Ministério Público ou do Poder Judiciário para o prosseguimento da proposta de criação (5.7) Viabilidade/oportunidade sociopolítica

Após alinhamento inicial dos participantes sobre o rito processual de criação de unidades de conservação federais no Brasil, descrito em normativas do ICMBio, conexão da agenda com compromissos internacionais e de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, os participantes foram divididos em grupos de trabalho por bioma.

As 219 propostas analisadas, entre aquelas que já possuíam processos administrativos em curso no ICMBio e as que foram encaminhadas antes da Oficina, foram apresentadas aos integrantes de cada grupo, com camadas de informações espaciais relevantes, para conhecimento debate e contribuições/atualizações, a partir dos diferentes saberes e conhecimentos aportados

pelos participantes. Na sequência, cada proposta foi avaliada de acordo com os critérios acima e os grupos também trabalharam na indicação de corredores e mosaicos relevantes para a conectividade dessas áreas e para a gestão de paisagens e territórios mais amplos.

Após a aplicação dos critérios e discussão nos grupos, as propostas de criação foram alocadas em três períodos de execução, considerando a capacidade executiva na finalização dos processos, o nível de urgência dos mesmos e as oportunidades, a saber: 2024–2026, 2027–2030 e pós 2030.

A figura abaixo ilustra o rol das 93 propostas priorizadas para o período de 2024–2026:



CRIAÇÕES E AMPLIAÇÕES PRIORIZADAS NA OFICINA DE TRABALHO

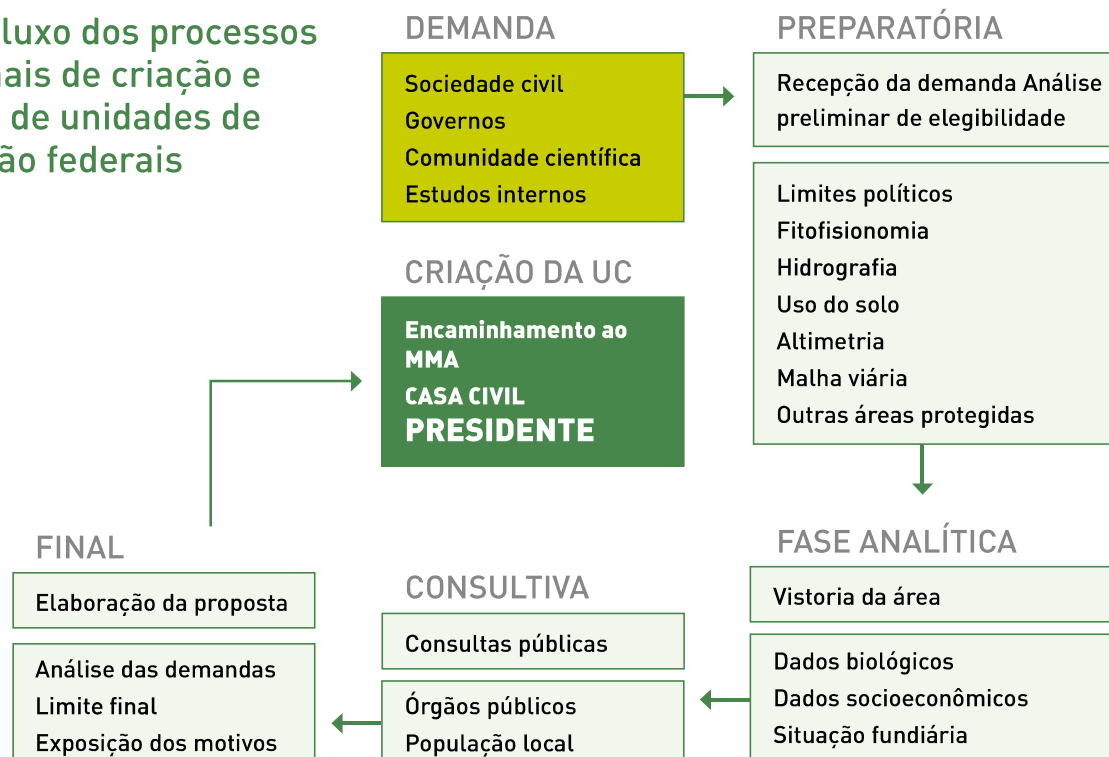
1	ND	Campinaranas do Rio Ipixuna
2	FLONA	Liberdade
3	FLONA	Jacundá
4	RESEX	Toma Cuidado (ou Baixo Acre)
5	RESEX	Distrito de Itatupã
6	RESEX	Arapixi
7	RESEX	Pauini
8	RESEX	Rio Andirá
9	PARNA	Lavrado
10	PARNA	Juruena
11	PARNA	Campos Amazônicos
12	RESEX	Guaribas
13	PARNA	Jau
14	RESEX	Tapajós-Arapuins
15	REBIO	Sauim de Coleira
16	RESEX	Rio Novo – Iquiri
17	APA	Paleocanal do Rio Tocantins
18	PARNA	Savanas de Alter do Chão
19	UC-PI	Serra do Gado Bravo
20	RVS	Médio Tocantins
21	RESEX	Sempre Vivas – Serra do Cabral
22	RESEX	Córregos Tamanduá e Poções

23	MONA	Domo de Araguainha
24	ESEC	Jerumenha
25	PARNA	Serra da Natividade (Polígono Natividade)
26	REBIO	Contagem
27	RDS	Retireiros do Médio Araguaia
28	UC-PI	Região Carstica de São Desidério
29	PARNA	Onças do Cerrado
30	RESEX	Brejos da Barra
31	REBIO	Arara Azul de Lear
32	RVS	Soldadinho Araripe (Chapada do Araripe)
33	UCPI	Serra do Comissário
34	RVS	Serra da Penanduba
35	FLONA	Açu
36	PARNA	Serra Vermelha (ampliação do PN Serra das Confusões)
37	ND	Sertão Central Cearense
38	ND	Caranaúba
39	UCPI	Dunas do Médio São Francisco
40	PARNA	Serra da Capivara
41	RVS	Corredor das Onças
42	RESEX	Sucuriçu
43	RESEX	Ilhas de Sirinhaém

44	RESEX	Batoque
45	RESEX	Delta do Parnaíba (2)
46	RESEX	Delta do Parnaíba (1)
47	ND	Foz do rio Amazonas – Lixeira
48	RESEX	Porto Rico do Maranhão
49	RESEX	Tatajuba
50	RESEX	Rio Novo dos Lençóis
51	RESEX	Cabralzinho
52	APA	Recifes de Pirangi
53	RESEX	Tauá-Mirim
54	APA	Costa dos Corais
55	RESEX	Filhos do Manguê (Boa Vista do Quatipuru – Primavera)
56	RESEX	Prainha do Canto Verde
57	RESEX	Virandeua (São João das Pirabas – Salinópolis)
58	RESEX	Litoral Sul de Sergipe ou Mangabeiras
59	RESEX	Itacaré
60	RESEX	Lagoas de Ibiraquera/Encantada
61	RESEX	Cabo de Santa Marta Grande
62	PARNA	Albardão
63	APA	Baía Babitonga
64	ND	Banco dos Abrolhos
65	REBIO	Colinas Coralinas
66	PARNA	Abrolhos
67	APA	Foz do Rio Doce
68	APA	Bancos oceânicos das cadeias submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira

69	RESEX	Rio Formoso
70	UC-PI	Serra dos Poncianos
71	PARNA	Campo dos Padres
72	RVS	Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra
73	MONA	Serras do Itamarajú
74	RVS	Restingas Pratigi
75	ND	Serra da Jiboia
76	RDS	Faxinal Bom Retiro
77	RDS	Faxinal Marcondes
78	RDS	Faxinal São Roquinho
79	RESEX	Conde (Mata Urubu)
80	ESEC	Mico-Leão-Preto
81	RVS	Rio da Prata
82	RVS	Serras do Baixão e Bonita
83	PARNA	Parques de Pau Ferro
84	UC-PI	Guaritas / Palmas
85	PARNA	Dunas Móveis de Cidreira
86	ND	Prioridades Pampa
87	APA	Nascentes do Pampa
88	PARNA	Taiamã (ampliação da ESEC)
89	RDS	Pantanal Isqueiros
90	RESEX	Baiazinha _Piuva
91	ND	Fecho dos Morros e Amoguija
92	ND	ND Delta do Salobra (Sem área definida)
93	ND	Ampliação da Bodoquena com Serra Azul (Sem área Definida)

Anexo 1. Fluxo dos processos institucionais de criação e ampliação de unidades de conservação federais



Anexo 2. Lista de áreas priorizadas por bioma e zona costeira e marinha com status do processo, estimativa de área e custos totais de execução

AMAZÔNIA (6 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 12 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Juruena	AM	Conclusiva
Campos Amazônicos	AM	Conclusiva
Guaribas	AM	Conclusiva
Sauim de Coleira	AM	Conclusiva
Lavrado	RR	Analítica
Campinaranas do Rio Ipixuna	AM	Analítica
Jacundá	RO	Analítica
Arapixi	AM	Analítica
Jau	AM	Preparatória
Liberdade	PA	Preparatória
Toma Cuidado (ou Baixo Acre)	AM	Preparatória
Distrito de Itatupã	PA	Preparatória
Pauini	AM	Preparatória
Rio Andirá	AM	Preparatória
Tapajós-Arapuins	PA	Preparatória
Rio Novo – Iquiri	AM	Preparatória
Paleocanal do Rio Tocantins	PA	Preparatória
Savanas de Alter do Chão	PA	Preparatória
Área total estimada		3.714.733 ha
Custo de criação estimado		R\$ 38.195.800

CAATINGA (8 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 4 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Serra Vermelha (ampliação do PN Serra das Confusões)	PI	Conclusiva
Brejos da Barra	BA	Analítica
Soldadinho Araripe (Chapada do Araripe)	CE	Analítica
Dunas do Médio São Francisco	BA	Analítica
Arara Azul de Lear	BA	Preparatória
Serra do Comissário	PB	Preparatória
Serra da Penanduba	CE	Preparatória
Açu	RN	Preparatória
Sertão Central Cearense	CE	Preparatória
Caranaúba	RN	Preparatória
Serra da Capivara	PI	Preparatória
Corredor das Onças	PI	Preparatória
Área total estimada		1.596.871
Custo de criação estimado		R\$ 2.673.100

CERRADO (8 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 3 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Região Carstica de São Desidério	BA	Conclusiva
Médio Tocantins	TO	Conclusiva
Serra do Gado Bravo	MA	Analítica
Sempre Vivas - Serra do Cabral	MG	Analítica
Córregos Tamanduá e Poções	MG	Analítica
Domo de Araguainha	MT	Analítica
Jerumenha	PI	Analítica
Serra da Natividade (Polígono Natividade)	TO	Analítica
Contagem	DF	Analítica
Retireiros do Médio Araguaia	MT	Analítica
Onças do Cerrado	GO	Preparatória
Área total estimada		785.875 ha
Custo de criação estimado		R\$ 3.103.300

MATA ATLÂNTICA (9 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 4 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Campo dos Padres	SC	Conclusiva
Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra	SC	Conclusiva
Rio da Prata	SC	Conclusiva
Faxinal São Roquinho	PR	Analítica
Serra dos Poncianos	MG	Analítica
Faxinal Bom Retiro	PR	Analítica
Faxinal Marcondes	PR	Analítica
Serras do Baixão e Bonita	BA	Analítica
Mico-Leão-Preto	SP	Analítica
Serras do Itamarajú	BA	Analítica
Restingas Pratigi	BA	Analítica
Serra da Jiboia	BA	Preparatória
Conde (Mata Urubu)	BA	Preparatória
Área total estimada		562.203 ha
Custo de criação estimado		R\$ 3.502.100

PAMPA (3 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 2 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Parques de Pau Ferro	RS	Analítica
Guaritas / Palmas	RS	Analítica
Dunas Móveis de Cidreira	RS	Analítica
Prioridades Pampa	RS	Preparatoria
Nascentes do Pampa	RS	Preparatoria
Área total estimada		não disponível
Custo de criação estimado		R\$ 1.383.000

PANTANAL (3 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 3 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Taiamã (ampliação da ESEC)	MT	Conclusiva
Barra de São Lourenço	MS	Analítica
Baiazinha _Piúva	MT	Preparatoria
Fecho dos Morros e Amoguijá	MS	Preparatoria
ND Delta do Salobra (Sem área definida)	MS	Preparatoria
Ampliação da Bodoquena com Serra Azul (Sem área Definida)	MS	Preparatoria
Área total estimada		957.198 ha
Custo de criação estimado		R\$ 2.083.100

ZONA COSTEIRA-MARINHA (5 UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E 21 DE USO SUSTENTÁVEL)		
Foz do Rio Doce	ES	Consultiva
Tauá-Mirim	MA	Conclusiva
Lagoas de Ibiraquera/Encantada	SC	Conclusiva
Baía Babitonga	SC	Conclusiva
Litoral Sul de Sergipe ou Mangabeiras	SE	Conclusiva
Cabo de Santa Marta Grande	SC	Conclusiva
Delta do Parnaíba (1)	PI	Analítica
Porto Rico do Maranhão	MA	Analítica
Rio Novo dos Lençóis	MA	Analítica
Albardão	RS	Analítica
Banco dos Abrolhos	BA	Analítica
Abrolhos	BA	Analítica
Itacaré	BA	Analítica
Sucuriçu	AP	Preparatória
Batoque	CE	Preparatória
Delta do Parnaíba (2)	PI	Preparatória
Foz do rio Amazonas - Lixeira	PA	Preparatória
Tatajuba	CE	Preparatória
Cabralzinho	AP	Preparatória
Recifes de Pirangi	RN	Preparatória
Costa dos Corais	AL/PE	Preparatória
Prainha do Canto Verde	CE	Preparatória
Colinas Coralinas	ES	Preparatória
Bancos oceânicos das cadeias submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira	CE/PI/MA	Preparatória
Rio Formoso	PE	Preparatória
Ilhas de Sirinhaém	PE	Propositiva
Área total estimada		28.410.015 ha
Custo de criação estimado		R\$ 14.167.613

Realização:



**Ministério do
Meio Ambiente**



Apoio técnico:

